

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS
MULTISSETORIAL INVEST DUNAS LP
(CNPJ: 13.633.964/0001-19)
(ADMINISTRADO PELA SOCOPA –
SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 15 DE OUTUBRO DE 2013
(data da transformação)

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS MULTISSETORIAL
INVEST DUNAS LP
(ADMINISTRADO PELA SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 15 DE OUTUBRO DE 2013

CONTEÚDO

| | |
|---|--------|
| Relatório dos auditores independentes | 2 - 3 |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 6 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 7 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 8 - 30 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP

(Administrado pela SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S/A)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP, que compreendem o balanço patrimonial em 15 de outubro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de julho a 15 de outubro de 2013, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP

(Administrado pela SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S/A)

São Paulo - SP

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP em 15 de outubro de 2013 e o desempenho de suas operações para o período de 1º de julho a 15 de outubro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações financeiras referente ao período de 04 de janeiro a 30 de junho de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, com emissão de relatório sem ressalvas, datado de 27 de setembro de 2013.

São Paulo, 27 de janeiro de 2014.



Waldemar Namura Junior

Contador – CRC-1SP154938/O-0

Baker Tilly Brasil

Auditores Independentes S/S

CRC-2SP016754/O-1

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP

(CNPJ nº 13.633.964/0001-19)

(Administrado pela Socopa Sociedade Corretora Paulista S/A - CNPJ 62.285.390/0001-40)

Demonstração da posição financeira em 15 de outubro de 2013 (data da transformação) e**30 de junho de 2013 (data do encerramento do exercício social e transferência da administração)**

(Em milhares de reais)

| Aplicações - Especificações | 15/10/2013 | % sobre o Patrimônio Líquido | 30/06/2013 | % sobre o Patrimônio Líquido |
|--|-------------------|---|-------------------|---|
| Disponibilidades | 1 | 0,01 | 4 | 0,11 |
| Banco conta movimento | 1 | 0,01 | 4 | 0,11 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 233 | 1,86 | 292 | 7,88 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | - | 292 | 7,88 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 233 | 1,86 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 53 | 0,42 | 56 | 1,51 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 53 | 0,42 | 56 | 1,51 |
| Direitos creditórios | 12.424 | 99,13 | 3.266 | 88,13 |
| Com aquisição substancial dos riscos e benefícios | - | - | 3.023 | 81,57 |
| Direitos creditórios a vencer | | | 2.973 | 80,22 |
| Direitos creditórios vencidos | | | 94 | 2,54 |
| Provisão para perdas na recuperação | | | (44) | (1,19) |
| Sem aquisição substancial dos riscos e benefícios | 12.424 | 99,13 | 243 | 6,56 |
| Direitos creditórios a vencer | 11.140 | 88,89 | 246 | 6,64 |
| Direitos creditórios vencidos | 1.284 | 10,24 | - | - |
| Provisão para perdas na recuperação | - | - | (3) | (0,08) |
| Outros créditos | 36 | 0,29 | 95 | 2,56 |
| Créditos vencidos a liquidar | - | - | 60 | 1,62 |
| Taxa de Fiscalização - CVM | 2 | 0,02 | - | - |
| Outros valores | 34 | 0,27 | 35 | 0,94 |
| Total do Ativo | 12.747 | 101,71 | 3.713 | 100,19 |
| Valores a pagar | 214 | 1,71 | 7 | 0,19 |
| Taxa de administração | 6 | 0,05 | - | - |
| Taxa de custódia | 5 | 0,04 | - | - |
| Taxa de consultoria | - | - | 4 | 0,11 |
| Outros valores a pagar | 203 | 1,62 | 3 | 0,08 |
| Patrimônio líquido | 12.533 | 100,00 | 3.706 | 100,00 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 12.747 | 101,71 | 3.713 | 100,19 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP
(CNPJ nº 13.633.964/0001-19)
(Administrado pela Socopa Sociedade Corretora Paulista S/A. - CNPJ 62.285.390/0001-40)

Demonstração do resultado dos períodos de 01 de julho a 15 de outubro de 2013 (data da transformação) e 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 (data do encerramento do exercício social e transferencia da administração)
(Em milhares de reais)

| Composição do resultado do período | 01 de julho a 15 de outubro de 2013 | 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 |
|--|--|--|
| Direitos Creditórios | | |
| Sem Aquisição Substancial dos Riscos e Benefícios | 1.542 | 6 |
| Receitas | 1.498 | 9 |
| Provisão por Redução no Valor de Recuperação | 44 | (3) |
| Com Aquisição Substancial dos Riscos e Benefícios | 3 | 181 |
| Receitas | - | 225 |
| Provisão por Redução no Valor de Recuperação | 3 | (44) |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 11 | 6 |
| Receitas | 11 | 6 |
| Títulos Públicos Federais | (3) | (9) |
| Desvalorização a Preço de Mercado | (3) | (9) |
| Demais Despesas | (116) | (144) |
| Remuneração da Instituição Administradora | (47) | (54) |
| Remuneração da Instituição Custodiante | (35) | (64) |
| Remuneração da Consultoria Especializada | - | (11) |
| Demais Despesas de Serviços do Sistema Financeiro | (30) | - |
| Taxa de Fiscalização CVM | (1) | (1) |
| Outras Despesas | (3) | (14) |
| Resultado do Período | 1.437 | 40 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP
(CNPJ nº 13.633.964/0001-19)
(Administrado pela Socopa Sociedade Corretora Paulista S/A. - CNPJ 62.285.390/0001-40)

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido para os períodos de 01 de julho de 15 de outubro de 2013 (data da transformação) e 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 (data do encerramento do exercício social e transferencia da administração)
(Em milhares de reais)

| | 01 de julho a 15 de outubro de 2013 | 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 |
|--|--|--|
| Patrimônio líquido no início do período | 3.706 | - |
| 3.759,43 cotas subordinadas a R\$ 985,824144 | 3.706 | - |
| Cotas emitidas | 7.390 | 3.666 |
| 3.759,43 cotas subordinadas | - | 3.666 |
| 7.047,15 cotas subordinadas | 7.390 | - |
| Acréscimo decorrente da movimentação de cotas | 7.390 | 3.666 |
| Resultado do período | 1.437 | 40 |
| Patrimônio líquido no final do período | 12.533 | 3.706 |
| 10.806,58 cotas subordinadas a R\$ 1.159,711419 | 12.533 | |
| 3.759,43 cotas subordinadas a R\$ 985,824144 | | 3.706 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP

(CNPJ nº 13.633.964/0001-19)

(Administrado pela Socopa Sociedade Corretora Paulista S/A - CNPJ 62.285.390/0001-40)

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 01 de julho a 15 de outubro de 2013**(data da transformação) e 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 (data do encerramento do****exercício social e transferência da administração)**

(Em milhares de reais)

| | 01 de julho a 15 de outubro de 2013 | 04 de janeiro a 30 de junho de 2013 |
|---|--|--|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Resultado Líquido do Período | 1.437 | 40 |
| Ajustado para reconciliar o lucro líquido com o fluxo de caixa | | |
| Rendimento dos Direitos Creditórios | (529) | - |
| Ajuste a Valor Justo de TVM | (17) | - |
| Rendimentos de TVM | 30 | - |
| Redução ao Valor de Realização de Direitos Creditórios | (47) | 47 |
| Taxa de administração e custódia não liquidadas | 11 | - |
| (=) Resultado Líquido Ajustado | 885 | 87 |
| Aumento em títulos e valores mobiliários | (10) | (56) |
| Aumento em direitos creditórios | (8.582) | (3.313) |
| Redução/Aumento em outros créditos | 59 | (95) |
| Redução em valores a pagar | 196 | 7 |
| Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais | (8.337) | (3.370) |
| Cotas Subordinadas Emitidas | 7.390 | 3.666 |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento | 7.390 | 3.666 |
| Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes de Caixa | (62) | 296 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | 296 | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período | 234 | 296 |
| Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes de Caixa | (62) | 296 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
INVEST DUNAS LP
(ADMINISTRADO PELA SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Invest Dunas LP iniciou suas operações em 4 de janeiro de 2013 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, havendo posterior alteração do condomínio para aberto, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de dia cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios (duplicatas e cheques), juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento definida no regulamento

O fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do artigo nº 109 da instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos no fundo não são garantidos pelo administrador, gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidos de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, e, decorrência do perfil de investimento do fundo.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em função da transformação do Fundo para Condomínio Aberto em 15 de outubro de 2013. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, que são definidas pela Instrução Normativa CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011 e pelas demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São operações de compra com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação, sendo seu resultado registrado na rubrica “Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez”.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos.

d) Direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos utilizando-se uma taxa compatível com o mercado para o setor e classificados em operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios ou operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios. A metodologia utilizada para classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório. O Fundo não está substancialmente exposto à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação, inclusive com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo em montante igual ou superior às perdas esperadas associadas ao direito creditório.

e) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação foi mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda determinada foi mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

A reversão da provisão por perdas anteriormente constituída é realizada mediante melhora na estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| | <u>15/10/2013</u> | <u>30/06/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Posição bancada - vencimento até 30 dias | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-O | 233 | - |
| | <u>233</u> | <u>-</u> |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | <u>15/10/2013</u> | | <u>30/06/2013</u> | | |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|----------------------|
| | Valor de curva | Valor de mercado | Valor de curva | Valor de mercado | Faixas de vencimento |
| Títulos para negociação | | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 67 | 53 | 66 | 56 | Após 1 ano |
| | <u>67</u> | <u>53</u> | <u>66</u> | <u>56</u> | |

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Fundo poderá, observados os critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimento, realizar operações de derivativos com o único objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo, e a desvalorização cambial; realizando tais operações em níveis determinados, de tempos em tempos, pelo comitê de investimento do Fundo.

7. DIREITOS CREDITÓRIOS

Os direitos creditórios são representados por duplicadas e títulos a receber adquiridos da empresa cedente.

7.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

O Fundo não classificou operações como “com aquisição substancial dos riscos e benefícios”, já que os Cedentes não possuem a coobrigação e recompra do direitos vencidos e não pagos.

7.2 Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

a) Composição dos direitos creditórios

| Período em Dias | Títulos a Vencer | | Títulos Vencidos | | Totais | |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| | Valor presente | Quantidade de títulos | Valor presente | Quantidade de títulos | Valor presente | Quantidade de títulos |
| A | 11.139 | 4.708 | 1.282 | 290 | 12.421 | 4.998 |
| B | 1 | 2 | 2 | 5 | 3 | 7 |
| Totais | 11.140 | 4.710 | 1.284 | 295 | 12.424 | 5.005 |
| Provisão para Devedores Duvidosos | | | | | - | |
| Direitos Creditórios Líquidos da PDD | | | | | 12.424 | |

b) Movimentação dos direitos creditórios no período

| Descrição | Direitos Creditórios | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------|
| | A Vencer | Vencidos |
| Saldo no início do período | 3.219 | 94 |
| Aquisições | 23.773 | 16.250 |
| Liquidações | (16.296) | (15.194) |
| Apropriação de rendimentos | 444 | 134 |
| Saldo no final do período | 11.140 | 1.284 |

c) Composição da provisão para devedores duvidosos (PDD)

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação foi calculada de acordo com a IN CVM 489/2011, sendo mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado, conforme demonstrado a seguir:

| Nível de risco | A vencer | Vencidos | Total | % | Valor PDD |
|---|----------|----------|--------|-----|-----------|
| A | 11.139 | 1.282 | 12.421 | 0 | - |
| B | 1 | 2 | 3 | 9,5 | - |
| Saldo em 15 de outubro de 2013 | | | | | - |
| Provisão constituída no exercício | | | | | - |
| Reversões e/ou baixas ocorridas no exercício | | | | | 44 |
| Saldo no exercício anterior | | | | | 44 |

d) Taxas praticadas nas operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

As taxas praticadas nas operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente.

7.3 Coobrigação

Os investimentos do Fundo subordinar-se-ão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40-A e parágrafos, da Instrução CVM 356), observado que, exceto nas hipóteses previstas abaixo, (i) o total de coobrigação de qualquer pessoa ou entidade, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) o total de obrigação de cada devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito e outros ativos de um mesmo devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade acima do limite de 20% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido destes, quando o devedor ou coobrigado:

- I – tenha registro de companhia aberta;
- II – seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; ou
- III – seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, observado que:

(a) as demonstrações financeiras do devedor ou coobrigado, e o respectivo parecer da Empresa de Auditoria Independente, deverão ser arquivados na CVM pela instituição Administradora, devendo ser atualizada anualmente (i) até a data de encerramento do Fundo; ou (ii) até o exercício em que os direitos creditórios de responsabilidade do devedor ou do coobrigado deixarem de representar mais de 20% (vinte por cento) dos direitos creditórios que integram o patrimônio do Fundo.

(b) o arquivamento na CVM das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente deverá se dar no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

7.4 Critérios de elegibilidade

Os Direitos de Crédito oferecidos ao Fundo deverão atender às seguintes condições a serem verificadas em cada Data de Aquisição e Pagamento:

- o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios não seja superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de sua aquisição pelo Fundo;
- os Direitos Creditórios não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- os Direitos Creditórios deverão ter sido indicados, por meio do envio de arquivo eletrônico enviado a Administradora, pelas Empresas de Consultoria ou, alternativamente, aprovados pelo Comitê de Investimento.

Os Direitos Creditórios que poderão ser adquiridos pelo Fundo não poderão ultrapassar os seguintes limites de concentração, calculando-se a cessão pro forma, no momento da cessão:

- (i) o valor correspondente ao somatório do valor nominal de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por um único Devedor e suas respectivas Partes Relacionadas ou grupo econômico de tal Devedor, será igual ou inferior a 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido no Dia Útil imediatamente anterior, calculado na forma do Regulamento;
- (ii) o Fundo poderá alocar, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido, do Dia Útil imediatamente anterior, em Direitos Creditórios devidos pelos 10 (dez) Devedores e suas respectivas Partes Relacionadas ou grupo econômico de tal Devedor com maior concentração, em tal data;
- (iii) o valor correspondente ao somatório do valor nominal de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cedidos por um Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas ou grupo econômico de tal Cedente, será limitado a 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido no Dia Útil imediatamente anterior;
- (iv) o Fundo poderá alocar, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido, do Dia Útil imediatamente anterior, em Direitos Creditórios cedidos pelos 10 (dez) Cedentes suas respectivas Partes Relacionadas ou grupo econômico de tal Cedente com maior concentração, em tal data;
- (v) o valor correspondente ao somatório do valor nominal de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cedidos por Cedentes, pertencentes a uma mesma atividade econômica, de acordo com as 99 (noventa e nove) divisões da tabela CNAE, datada de agosto de 2009, será limitado a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido no Dia Útil imediatamente anterior (“Limite de Concentração por Atividade Econômica”); e
- (vi) o valor correspondente ao somatório do valor nominal de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cedidos pelos 5 (cinco) maiores Cedentes ou emitidos pelos 05 (cinco) maiores Devedores não poderão ultrapassar a 30% (trinta por

cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante ou quaisquer outras pessoas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Abaixo seguem, os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

I. Limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas do resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou **extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar o resgate**, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em Carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou preço de alienação de tais ativos poderá refletir falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

II. Risco de liquidez. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora, dentro de suas respectivas atribuições e responsabilidades, alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Gestora como a Administradora encontram-se impossibilitados de assegurar que o resgate das Quotas ocorrerá nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Gestora, a Administradora, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza. Portanto, a baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda por preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

III. Resgate condicionado. As principais fontes de recursos disponíveis ao Fundo para efetuar o pagamento de resgate de Quotas derivam da quitação ou pagamento dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas suas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios judiciais ou extrajudiciais cabíveis para cobrança de referidos ativos, é possível que o Fundo não disponha de recursos suficientes para efetuar o resgate total ou parcial das Quotas.

IV. Resgate das Quotas mediante quitação e pagamento dos ativos da Carteira do Fundo e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo. O Fundo está exposto a certos riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem sua Carteira e aos mercados em que estes são negociados, incluindo o eventual risco da impossibilidade de a Administradora efetuar a venda de referidos ativos. Como consequência desse risco, e considerando que o Fundo somente procederá ao resgate das Quotas se os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros de sua carteira sejam devidamente quitados e pagos por suas respectivas contrapartes, a Administradora e o Custodiante não são capazes de determinar o valor ou tempo necessários para o resgate total das Quotas. O valor do resgate das Quotas continuará sendo atualizado até a data de seu pagamento, e nem o Fundo, a Administradora, a Gestora nem qualquer outra pessoa poderá ser responsável pelo pagamento de qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza caso o resgate das Quotas seja realizado indeterminadamente ou indefinidamente.

V. Risco de crédito. O Fundo está sujeito ao risco de crédito dos emissores dos títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou dos Devedores dos Direitos Creditórios que integram ou que venham a integrar a sua Carteira de ativos. Tais emissores ou Devedores poderão não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e de juros para com o Fundo, quando devidas. Adicionalmente, nos termos do Regulamento, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimento, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios que não contem com a coobrigação do respectivo Cedente. Nesses casos, o Fundo terá ação apenas contra o Devedor do Direito Creditório inadimplido.

VI. Fatores macroeconômicos. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos Creditórios estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores,

os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origemação e pagamento dos Direitos Creditórios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios.

VII. Instabilidade da taxa de câmbio. A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas, por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% e 34,3% frente ao Dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5% e 20,7% frente ao Dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o Real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 24,2% em relação ao Dólar. Já em 2009, o Real sofreu uma apreciação de, aproximadamente, 33,91% em relação ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao Dólar novamente. Conforme o relatório Focus do Banco Central do Brasil, em 30 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,76 por US\$1,00.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar no aumento das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o Fundo, principalmente diante do atual cenário da economia mundial que sofre impacto adverso decorrente da crise financeira americana.

VIII. Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos Artigos 48, 49 e 52 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer

hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

IX. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o patrimônio líquido do Fundo. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto nos Artigos 48, 49 e 52 do Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas. A Administradora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

X. Hedge indisponível ou imperfeito. Risco proveniente do uso de derivativos. Nos termos do Artigo 32 do Regulamento, a Gestora, em regime de melhores esforços, e de acordo com as diretrizes determinadas pelo Comitê de Investimento, realizará operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento (x) entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo, e (y) a desvalorização cambial. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Assim, é possível que, não obstante seus esforços, a Gestora não consiga proteger, adequadamente, as posições detidas pelo Fundo e o descasamento de taxas efetivamente ocorra.

Ademais, por aplicar recursos no mercado de derivativos, mesmo que com o exclusivo objetivo de proteger posições detidas à vista e até o limite dessas, o Fundo estará exposto, ainda que parcialmente, a possíveis variações ou perdas patrimoniais.

XI. Possibilidade de resgate antecipado das Quotas. Em caso de liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia,

qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

XII. Guarda dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos respectivos Direitos Creditórios que tenham oferecido para aquisição pelo Fundo, na condição de fiel depositário do Fundo, podendo contratar terceiros especializados, observado o disposto no Regulamento, sendo que o descumprimento do dever de guarda e conservação dos Documentos Comprobatórios poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

XIII. Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

XIV. Da emissão de novas Quotas. O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado no Regulamento, emitir novas Quotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os Quotistas na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

XV. Rebaixamento do Rating. A classificação de risco atribuída às Quotas Seniores e/ou às Quotas Subordinadas Mezanino baseou-se, entre outros fatores, nas informações atualmente constantes do Regulamento, inseridas no contexto presente. A classificação de risco é revista trimestralmente e não há garantia de que permanecerá inalterada durante o Prazo de Duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, o que poderá causar prejuízos aos Quotistas.

XVI. Cobrança judicial dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros. A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Todavia, as Empresas de Consultoria foram contratadas pelo Fundo para a realização da cobrança judicial e extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e as Empresas de Consultoria dispõe de poderes para cobrar os Devedores inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Consultoria estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que as Empresas de Consultoria consigam receber dos Devedores os créditos inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos

judiciais eventualmente necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, garantias e prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Esses custos, se muito elevados, poderão afetar negativamente a rentabilidade das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino. Adicionalmente, o Fundo poderá não registrar perante o Ofício de Títulos e Documentos da sede do Fundo e das Cedentes os Contratos de Cessão e Termos de Cessão relativos a operações de aquisição de Direitos Creditórios. A inexistência de registro dos Contratos de Cessão e/ou dos Termos de Cessão pode suscitar discussões acerca da validade da cessão dos Direitos Creditórios contra terceiros. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

XVII.Recebimento de valores pelas Empresas de Consultoria. Em razão da prestação dos serviços, as Empresas de Consultoria ocasionalmente poderão receber diretamente dos Devedores os valores devidos ao Fundo, sendo certo que, em tal hipótese, as Empresas de Consultoria deverão, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Consultoria, repassar os valores recebidos à Administradora, para que esta os receba em nome do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Consultoria.

XVIII. Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelas Empresas de Consultoria podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

XIX. Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Empresas de Consultoria, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

XX. As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia para Efeitos de Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de resgate. O resgate das Quotas Subordinadas Mezanino está condicionado ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, as Empresas de Consultoria e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerá nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o

Custodiante, a Gestora e as Empresas de Consultoria, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

XXI. As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento da Razão de Garantia para Efeitos de Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate. O resgate das Quotas Subordinadas Junior está condicionado ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, as Empresas de Consultoria e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerá nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e as Empresas de Consultoria, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

XXII. Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do preço de ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

XXIII. Risco de Descontinuidade. Observados os procedimentos previstos nos Capítulos Dezesseis e Dezessete, a Assembleia Geral de Quotistas poderá deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, bem como pelo resgate das Quotas mediante a entrega de Direitos Creditórios. Nesta hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos, e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios inadimplidos.

XXIV. Risco de Originação. A Política de Investimento do Fundo descrita no Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do Fundo por ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedente e da capacidade destes de originar Direitos Creditórios elegíveis para o Fundo conforme os critérios de elegibilidade e a Política de Investimento.

XXV. Risco do Originador. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações de compra e venda de produtos e/ou prestação de serviços, com pagamento a prazo, realizada entre os Cedentes e seus respectivos clientes, os quais pertencem aos segmentos

financeiro, comercial e industrial, representados por duplicatas e cheques, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento do Fundo, descrita no Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Regulamento.

Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos Creditórios elegíveis.

O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas.

XXVI. Risco de Questionamento da Validade Eficácia da Cessão de Direitos Creditórios. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. Assim, o Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelos Cedentes, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações dos seus respectivos Cedentes, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial dos Cedentes, ou em outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. A Administradora, o Custodiante e a Gestora não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores praticadas pelos Cedentes, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência, bem como de fraude à execução praticadas pelos Cedentes dos Direitos Creditórios, (iv) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sem sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal, e (v) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações

dos respectivos Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

XXVII. Risco de Fungibilidade. Observados os termos e as condições da legislação aplicável, o registro de cobrança bancária dos Direitos Creditórios serão transferidos pelo Custodiante para a titularidade do Fundo, de forma que a liquidação dos Direitos Creditórios ocorra diretamente à conta do Fundo, sem trânsito pela conta corrente de terceiros.

Caso o Custodiante não desempenhe corretamente a sua função de transferência de registro de cobrança bancária dos Direitos Creditórios ao Fundo, poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos seus Cotistas.

Ademais, em caso de alteração da conta de titularidade do Fundo ou da conta especial (escrow account), os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Não há garantia de que tais Devedores cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação acima descrita, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para recuperar seus direitos.

XXVIII. Risco de Concentração. O risco da aplicação no Fundo possui forte correlação com a concentração da Carteira do Fundo, sendo que, maior for a concentração da Carteira, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas.

XXIX. Risco de Governança. O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, bem como as condições nele previstas também poder ser revistas por decisão dos Quotistas em Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Quotistas.

O risco de diluição dos direitos políticos dos titulares de Quotas relaciona-se à emissão de novas Quotas, sem consulta, aprovação prévia ou concessão de direito de preferência para subscrição de Quotas para os titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião. Assim, haverá risco de modificação de relação de poderes especificamente para as matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral, cujo quorum exigido para aprovação não se restrinja às Quotas de determinada classe de Quotas.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se os seguintes:

I. Risco de crédito. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas partes relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores, e, em caso de coobrigação de terceiros, da solvência e da

capacidade de pagamento dos coobrigados, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes as suas Quotas.

II. Possibilidade de interrupção da aquisição de Direitos Creditórios. As Cedentes não se encontram obrigadas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes.

III. Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

IV. Constituição sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda de produtos ou prestação de serviços a prazo, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo depende (i) dos Cedentes continuarem a firmar com seus Devedores as operações de tal espécie, de forma a gerar novos Direitos Creditórios, pois ainda que os Cedentes disponham de toda a infra estrutura, recursos, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade das operações, não há como assegurar que a demanda dos atuais Devedores por seus produtos e serviços permitirá a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios dos respectivos Cedentes para o Fundo; (ii) dos Devedores contratarem ou continuarem a contratar as referidas operações; e (iii) das Empresas de Consultoria manterem os respectivos contratos com o Fundo em plena validade e eficácia, os quais poderão ser rescindidos com aviso-prévio de 30 (trinta) dias.

V. Risco de liquidação antecipada pelos Devedores dos Direitos Creditórios. Risco de Pré-Pagamento. Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado dos Direitos Creditórios. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores no Regulamento.

VI. Inexistência de verificação prévia pelo Custodiante e pela Administradora dos Documentos Comprobatórios. Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Gestora, a Administradora, as Empresas de Consultoria e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios: (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada posteriormente, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Devedor ou Originador; ou (iii) sejam objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.

VII. Presunção de legitimidade e de legalidade dos Documentos Comprobatórios. A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo será feita com base nos documentos a serem apresentados pelos Cedentes, em conformidade com o Artigo 18 do Regulamento, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pela Administradora, pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estes indicados. Adicionalmente, de acordo com o artigo 290 do Código Civil, a cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada. Embora as Cedentes se comprometam, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, a notificar os devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não se pode assegurar que as Cedentes cumprirão, de forma satisfatória, tal obrigação.

VIII. Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante ou terceiro contratado por este, realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos documentos que lhes dão suporte. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos Creditórios. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e/ou correta e suficiente formalização dos Direitos Creditórios.

IX. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, da Gestora, das Empresas de Consultoria, de suas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste Capítulo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos no Regulamento.

X. Liquidação do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas. Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, as Empresas de Consultoria e o Comitê de Investimentos, nenhuma multa ou penalidade.

XI. Risco decorrente dos critérios adotados pelas Cedentes para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso a Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos Creditórios que não forem pagos integralmente pelos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

9. BENCHMARK, CARACTERÍSTICA E VALORIZAÇÃO DAS COTAS

O Fundo buscará atingir a meta de rentabilidade prioritária de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI para as Cotas Seniores (“Benchmark das Cotas Seniores”) e de 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI para as Cotas Subordinadas Mezanino (“Benchmark das Quotas Subordinadas Mezanino”).

O Benchmark das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino consiste na meta de remuneração dessas Cotas. O Benchmark não representa e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando do resgate de suas respectivas Quotas, a uma rentabilidade superior aos respectivos Benchmarks que foram atribuídos às suas Quotas, os quais representam o limite máximo de remuneração possível para as Quotas da classe em questão.

As Quotas Subordinadas Junior não têm Benchmark definido.

As quotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) prioridade de resgate em relação às cotas Subordinadas, observado o disposto do Regulamento;
- (ii) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento; e
- (iii) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas ao Regulamento, sendo que a cada cota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

As quotas subordinadas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) subordinam-se às cotas Seniores e têm prioridade em relação às cotas Subordinadas Junior para efeito de resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas Seniores em circulação, observadas as exceções estabelecidas no Capítulo Treze a seguir;
- (ii) terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento; e
- (iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Regulamento, sendo que a cada cota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

As cotas subordinadas júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (i) subordinam-se às cotas Seniores e às cotas Subordinadas Mezanino para efeito de resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas Seniores e das cotas Subordinadas Mezanino em circulação, observadas as exceções estabelecidas no regulamento;

- (iii) admite-se que sua integralização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (iv) terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento; e
- (v) direito de votar todas em quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cotas Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto.

10. EMISSÃO, RESGATE E AMORTIZAÇÃO DE COTAS

(a) Emissão

As cotas Seniores e as cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

(b) Amortização e resgate

Os titulares de cotas Seniores poderão solicitar o resgate das suas cotas a qualquer momento, nos termos do Regulamento.

O resgate integral das cotas Seniores não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo, o qual poderá continuar suas operações regularmente com as demais classes de cotas então existentes. Uma vez resgatada a totalidade das cotas Seniores em circulação, o Fundo poderá a qualquer tempo, mediante deliberação do Comitê de Investimento, retomar a emissão de novas cotas Seniores.

Os titulares de cotas Subordinadas Mezanino poderão solicitar o resgate de suas Quotas a qualquer momento, observado o estabelecido no Regulamento.

O resgate integral das cotas Subordinadas Mezanino não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo, o qual poderá continuar suas operações regularmente com as demais classes de cotas então existentes. Uma vez resgatada a totalidade das cotas Subordinadas Mezanino em circulação, o Fundo poderá a qualquer tempo, mediante deliberação do Comitê de Investimento, retomar a emissão de novas cotas Subordinadas Mezanino.

11. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Os serviços são prestados:

| | |
|---------------------------|---|
| Custódia: | Banco Paulista S.A. |
| Controladoria: | Banco Paulista S.A. |
| Escrituração: | SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A |
| Gestão: | Riviera Gestora de Recursos Ltda. |
| Tesouraria: | Banco Paulista S.A. |
| Distribuição das cotas: | SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. |
| Consultoria especializada | Dunas Soluções Financeiras Ltda. Brazil Plus Participações Ltda. |

12. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

- (i) A Administradora receberá pelos serviços de administração da carteira do Fundo uma taxa de administração o equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, com valor mínimo fixo de R\$7.000,00 (sete mil reais) mensais, o que for maior;
- (ii) o equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, limitado ao máximo de R\$12 (doze mil reais) ao mês e o mínimo de R\$7 (sete mil reais) ao mês, pelos serviços de gestão do Fundo;

A Administradora não fará jus à taxa de performance e não haverá cobrança de taxa de ingresso ou saída do Fundo pagos à Administradora.

No período findo em 15 de outubro de 2013, foi apropriada a importância de R\$ 47 mil a título de taxa de administração.

13. POLITICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO

Os resultados auferidos são imediatamente reinvestidos no Fundo mediante à valorização das cotas.

14. PARTES RELACIONADAS

O Fundo poderá ainda adquirir Direitos Creditórios diretamente da Empresa de Análise Especializada, desde que tais direitos tenham origem nos segmentos discriminados. A Empresa de Análise Especializada declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do Fundo poder adquirir Direitos Creditórios de sua titularidade.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios da Administradora e/ou de sua obrigação/cooperação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela

direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não possui ativos emitidos por partes relacionadas.

15. EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

| Data | Valor da cota subordinada | Rentabilidade % |
|-------------|----------------------------------|------------------------|
| 30/06/2013 | 985,824144 | |
| 15/10/2013 | 1.159,711419 | 17,64 |

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

16. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

a) Imposto de renda

Os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b) IOF (Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O artigo 32 do Decreto 6.306/07 determina a incidência do IOF sobre o valor de resgate, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias corridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme tabela anexa ao Decreto 6.306/07. Para os resgates/amortizações efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança desse IOF.

17. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a Administradora, no período, não contratou serviços da Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente

determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

18. DEMANDAS JUDICIAIS

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

19. DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações obrigatórias sobre o fundo ficam disponíveis na sede da administradora.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 26 de novembro de 2013, foi expedido ato do administrador alterando o regulamento do Fundo, no que tange a forma de constituição de fundo fechado, passou para condomínio “Aberto” em atendimento as exigências que constam nos ofícios CVM n.º 198/SER de 05 de novembro de 2013 e n.º 3923/SIM de 26 de novembro de 2013.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, no dia 06 de fevereiro de 2013, a Instrução CVM nº 531, alterando a Instrução CVM nº 356/01, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. O principal objetivo da Instrução é aperfeiçoar as regras da Instrução CVM nº 356/01 relativas: (i) aos controles que devem ser mantidos pelo administrador e pelo custodiante, com a definição mais clara da atuação e de responsabilidades dos participantes desse mercado; e (ii) à mitigação de estruturas que propiciem a ocorrência de conflito de interesses, em que a concentração indevida de funções por um mesmo participante ou por partes a ele relacionadas compromete a boa governança dos FIDCs.

A Instrução entra em vigor na data de sua publicação, porém os FIDCs que já tenham obtido registro de funcionamento devem se adaptar ao disposto na nova norma: (i) até 1º de fevereiro de 2014; ou (ii) imediatamente, caso realizem oferta pública de cotas. A Administração está avaliando os impactos financeiros para o Fundo.

Contador:

Gerson Luiz Mendes de Brito
CRC-1SP 112.144/O-0

Diretor Responsável:

Daniel Doll Lemos